

O conceito de revolução permanente em Marx e Engels

David Maciel

Como citar: MACIEL, D. O conceito de revolução permanente em Marx e Engels. *In*: ROIO, M. D. (org.). **Marx e a dialética da sociedade civil**. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2014. p.205-231. DOI: <https://doi.org/10.36311/2014.978-85-7983-596-4.p205-231>



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivatives 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-No comercial-Sin derivados 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

O CONCEITO DE REVOLUÇÃO PERMANENTE EM MARX E ENGELS

David Maciel

1 INTRODUÇÃO

O conceito de revolução permanente constitui o núcleo da estratégia revolucionária desenvolvida por Marx e Engels na conjuntura das Revoluções de 1848 na Europa. Presente nas principais reflexões políticas desenvolvidas por ambos no período, o conceito vai sendo elaborado à luz da experiência histórica, tornando-se a sua principal palavra de ordem durante e logo após a onda revolucionária, revelando uma perspectiva de superação da sociedade de classes que Marx e Engels mantiveram por toda a vida, constituindo-se como um componente fundamental de sua teoria da revolução.

Em Marx e Engels a estratégia revolucionária derivada do conceito de revolução permanente é própria do período em que a transição da sociedade feudal-absolutista para a sociedade capitalista não estava concluído

na maior parte da Europa e em que a perspectiva de emancipação social a partir de uma revolução política, como aquela surgida com a Revolução Francesa, ainda se colocava como uma possibilidade histórica. Por isto, a revolução permanente emerge não como um tipo avançado de revolução burguesa - em que o proletariado buscaria intervir como um protagonista fundamental com vistas à eliminação do absolutismo e dos resquícios feudais e à criação de uma sociedade capitalista democrática, mas como a forma da *revolução social* própria daquele período específico. A estratégia da revolução permanente visava encadear o processo de dissolução da sociedade feudal-absolutista no processo de transição à sociedade socialista, a partir da própria possibilidade histórica de abolição da propriedade privada, sem demandar qualquer situação de estabilização e maturação do capitalismo e do poder burguês, pois se tratava de aproveitar a oportunidade histórica de mobilização popular aberta pela perspectiva da revolução burguesa e desencadear a transição socialista por meio da aceleração do processo revolucionário.

Neste sentido, o eixo central da estratégia da revolução permanente é a ascensão do proletariado à condição de classe dirigente e dominante capaz de atrair o apoio das outras classes populares e assumir o poder político, não a eliminação dos obstáculos ao desenvolvimento das relações capitalistas ou a instalação da república democrática por si mesmas. A eliminação das relações feudais e a república democrática emergem como tarefas subordinadas ao objetivo principal, pois se contribuem para sua realização, a ascensão do proletariado à condição de classe dirigente e dominante, não possuem com ele uma relação de precedência e nem de determinismo, ao contrário, ocorrem paralelamente a ele e reforçam-no mutuamente. Além disso, na formulação de Marx e Engels a realização destas tarefas por si mesmas poderia gerar o efeito contrário do pretendido, qual seja, a *interrupção* da revolução permanente. Assim, a relação entre *revolução política* e *revolução social*, contida no conceito de revolução permanente, distingue-se fundamentalmente das estratégias de concatenação entre revolução burguesa e revolução socialista adotada por diversos partidos e movimentos vinculados ao marxismo ao século XX, marcadas por forte componente etapista e reformista.

Como se sabe, o debate sobre a revolução permanente, ou em termos atuais, sobre a relação entre revolução burguesa e revolução socialista, perpassou o movimento social e político identificado com o marxismo desde o final do século XIX. De várias maneiras e em diversos ângulos, a temática da revolução permanente permeou o debate sobre a estratégia revolucionária nos países periféricos e, em certa medida, mesmo nos países centrais, quando se tratou da importância da luta por direitos políticos e sociais para a luta socialista. Direta ou indiretamente figuras como Bernstein, Kautsky, Lênin, Trotsky, Gramsci e Stálin, para citar alguns, discutiram o tema e dele tiraram conclusões distintas (LÖWY, 1978).

Mesmo hoje, quando o populismo neoliberal travestido de neodesenvolvimentismo de esquerda assombra os espíritos de setores da esquerda marxista como sinônimo de avanço democrático e social de interesse dos trabalhadores, a problemática da revolução permanente está implicitamente presente, sugerindo a necessária retomada do debate sobre esta questão. No entanto, por falta de espaço adiantamos que neste trabalho nos limitaremos a abordar o conceito de revolução permanente desenvolvido por Marx e Engels entre os anos de 1843 e 1850.

2 O SURGIMENTO DO CONCEITO: DA HISTÓRIA À POLÍTICA

O conceito de revolução permanente aparece nos textos de Marx já em 1843, no âmbito de sua crítica ao hegelianismo e quando esta ainda filiava-se politicamente ao radicalismo democrático. Inicialmente o conceito possui uma conotação historiográfica, como instrumento interpretativo do processo de transformação ocorrido durante a Revolução Francesa entre 1789 e 1794 (TEXIER, 2005, p. 184). Marx o retira da dinâmica revolucionária francesa, quando em sucessivas fases a revolução se radicaliza e desdobra da revolta aristocrática contra as pretensões fiscais da monarquia absolutista passando à monarquia constitucional, posteriormente à república com governo girondino e finalmente à ditadura jacobina, fazendo avançar progressivamente as conquistas revolucionárias. Cada fase é superada pela ascensão política da classe imediatamente abaixo daquela que a domina, alavancando o processo para frente.

Graças à insurreição plebeia, mas com a liderança da aliança entre a burguesia liberal e a nobreza esclarecida a monarquia absolutista e a servidão são abolidas, cria-se a constituição, a assembleia legislativa, a igualdade jurídica e o voto censitário. Porém, a contrarrevolução aristocrática coloca o compromisso dominante em cheque, causando nova insurreição das massas populares, a queda da monarquia, a criação da república liberal sob a direção dos girondinos e o sufrágio universal.

A ofensiva contrarrevolucionária, apoiada pelas potências absolutistas europeias, e o imperativo da defesa da revolução abrem caminho para nova insurreição popular que leva os jacobinos ao poder e com eles a aliança entre a pequena-burguesia e a plebe urbana. Com a ditadura revolucionária jacobina abolem-se os últimos privilégios feudais e a escravidão nas colônias, a nova constituição institucionaliza o sufrágio universal e a república democrática, a guerra revolucionária mobiliza as massas no exército e o “terror” derrota definitivamente a nobreza feudal e seus aliados absolutistas.

No entanto, as contradições entre a perspectiva pequeno-burguesa do governo jacobino e aquela do proletariado da época, os *sans-culottes*, enfraquece o governo de Robespierre e favorece a reação girondina. O golpe do Termidor (1794) derruba a ditadura jacobina e encerra a fase mais radical e de maior mobilização popular da Revolução Francesa, abrindo caminho para o governo girondino, a supremacia burguesa e a posterior ditadura napoleônica (HOBSBAWM, 1977, p. 71-116).

Marx compreendeu a revolução permanente durante a Revolução Francesa como processo de emancipação política baseado no estabelecimento da igualdade jurídico-política e da liberdade individual, ou seja, na instituição da cidadania e da república democrática, configurando-se como uma *revolução política* que carrega contraditoriamente em seu bojo a perspectiva da *emancipação social* ou *emancipação humana*. Contraditoriamente porque tal movimento de emancipação política coloca em xeque os próprios fundamentos burgueses que o originaram e dela dependem para se desenvolver, quais sejam a propriedade privada e a desigualdade social nas relações sociais capitalistas.

A revolução política burguesa dá início ao processo de instalação da liberdade e da igualdade, mas o interrompe em favor do estatuto

jurídico-político burguês, que instituiu a liberdade e a igualdade nos planos individual e jurídico-político, mas não abole os fundamentos desigualitários que as motivaram, daí seu caráter meramente formal e abstrato. Daí a necessidade da revolução permanente ter que ser interrompida em favor da dominação burguesa e do capitalismo. Esta avaliação de Marx aparece de forma explícita n’*A questão judaica*, de 1843 e mais tarde em *A sagrada família*, de 1845, livro escrito juntamente com Engels.

N’*A questão judaica* (MARX, 1969), ao discutir a situação política dos judeus na então Alemanha e suas possibilidades de emancipação, Marx mostra que nos países em que a emancipação política foi viabilizada pela revolução burguesa esta se limitou ao seu aspecto político, ou seja, enquanto revolução política, de modo que a emancipação humana não foi atingida. Isto porque a igualdade entre os homens foi remetida para o plano jurídico-político, para o plano do Estado, enquanto a desigualdade continuou operando no plano da sociedade civil, que não é determinada pelo Estado, mas ao contrário, é seu fundamento. Na Alemanha, portanto, a proposta de laicização do Estado e de concessão de direitos políticos e civis aos judeus seria essencialmente limitada, pois a alienação seria apenas transferida do plano religioso para o plano político. Esta descoberta de Marx permite-lhe criticar a noção de Estado em geral de Hegel, ou seja, a ideia de que o Estado burguês é a forma racional e, portanto, ideal, de Estado, mostrando que o Estado moderno é nada mais nada menos que o Estado burguês, nascido da revolução burguesa e, portanto, historicamente datado, apesar dele ser o primeiro Estado “enquanto tal”, ou seja, formalmente distinto da esfera privada e de tudo o que a ela se relaciona, como a economia, a religião e os interesses particulares. Neste sentido, a revolução permanente é entendida como processo de superação das desigualdades entre os homens, em direção à generalidade e à igualdade e liberdade substantivas, por sua vez, só possíveis mediante um processo de emancipação social pautado pela abolição das diferenças de classe.

A revolução política burguesa é um passo importante nesta direção ao criar um “Estado enquanto tal”, separado da religião, da economia e dos interesses particulares, e instituir a igualdade e a liberdade abstrata; porém, ela é interrompida justamente pelo fato de que o fundamento desta emancipação política é uma sociedade civil marcada pela desigualdade en-

tre os homens e pela prevalência dos interesses particulares sobre os interesses gerais. Cria-se então uma contradição entre a perspectiva universal instituída no plano jurídico-político e a perspectiva particularista estabelecida no plano econômico-social. O fato de que haja correspondência entre estas duas perspectivas no âmbito do modo de produção capitalista não anula a existência desta contradição, pois, se de um lado o estatuto da igualdade civil favorece a reprodução das relações capitalistas de produção, de outro lado sua existência cria as condições para a luta pela igualdade política e pela própria igualdade social.

É aí que se insere o problema da revolução permanente, pois sua concretização demanda que a igualdade jurídico-política seja fundamentada na igualdade social para que o projeto da emancipação humana seja atingido, o que é uma impossibilidade nos marcos da sociedade civil burguesa. Por isto, a passagem da igualdade civil para a igualdade política, operada no Estado e a partir dele através da instalação do direito ao sufrágio universal e com base na abolição das diferenças de nascimento, status social, riqueza, ocupação e cultura, é um passo importante na revolução permanente, que entra em contradição com a perspectiva burguesa, mas insuficiente para superá-la. Daí a afirmação marxiana de que ao declarar a revolução permanente, a vida política entra em contradição com suas premissas, ou seja, com a sociedade civil burguesa. De acordo com Marx (1969, p. 29-30):

A cisão do homem na *vida pública* e na *vida privada*, o *deslocamento* da religião em relação ao Estado, para transferi-lo à sociedade burguesa, não constitui uma fase, mas a *consagração* da emancipação política, a qual, por isso mesmo, não suprime nem tem por objetivo suprimir a religiosidade *real* do homem. A *desintegração* do homem no judeu e no cidadão, no protestante e no cidadão, no homem religioso e no cidadão, não é uma mentira *contra* a cidadania, não é a evasão da emancipação política; representa, isto sim, a *própria emancipação política*, o modo *político* de emancipação da religião. É certo que nas épocas em que o Estado político nasce violentamente, como tal, do seio da sociedade burguesa, quando a auto emancipação humana aspira realizar-se sob a forma de auto emancipação política, o Estado pode e deve ir até à *abolição da religião*, até sua destruição, assim como vai até à abolição da propriedade privada, das taxas exorbitantes, do confisco, do imposto progressivo, à abolição da vida, à *guilhotina*. A vida política trata de esmagar – nos momentos de seu amor próprio especial – aquilo que é a sua premissa, a sociedade burguesa e seus elementos, e a constituir-se na vida genérica real do homem, isenta de contradições. Só pode

consegui-lo, todavia, mediante contradições *violentas* com suas próprias condições de vida, declarando *permanente* a revolução; o drama político termina, por conseguinte, não menos necessariamente, com a restauração da religião, da propriedade privada, de todos os elementos da sociedade burguesa, do mesmo modo que a guerra termina com a paz. (Grifo do autor)

A perspectiva da genericidade apresentada pelo estatuto da igualdade jurídico-política e da liberdade individual se choca com a perspectiva particularista baseada na propriedade privada e na desigualdade social. Daí a contradição entre a vida pública, legitimada no Estado, e a vida privada, ordenada pelo mercado. O processo da revolução permanente levou o Estado revolucionário a se contrapor aos seus próprios fundamentos materiais subsumindo a vida privada na vida pública ao impor a cidadania democrática por cima das diferenças sociais, mesmo que com base no terror revolucionário, na “abolição da vida”, na “guilhotina”. Daí em diante, ou a própria base material da revolução política em curso era subvertida, para que a revolução continuasse em permanência, ou a própria revolução permanente seria interrompida. Na avaliação de Marx a queda dos jacobinos e mesmo a posterior queda de Napoleão se explicam por esta contradição.

Num trecho d’*A sagrada família* (MARX; ENGELS, [19--]), redigido exclusivamente por ele (a parte terceira do capítulo sexto), Marx retoma desenvolve este argumento afirmando que Napoleão substituiu a revolução permanente pela guerra permanente, pois apesar de reconhecer o conteúdo social burguês do Estado moderno ainda via o Estado como um fim em si mesmo, subordinando os interesses particulares burgueses aos seus objetivos políticos. Por isto, com a contradição entre “vida política” e “vida privada” a afirmação da genericidade humana através do estatismo, da subordinação da sociedade civil ao Estado, só poderia se dar mediante a guerra permanente, pois a revolução permanente já não era possível sem a subversão da própria sociedade burguesa. Sobre a relação entre Estado e burguesia sob o governo de Napoleão, Marx afirma:

O que, no 18 de Brumário, se tornou presa de Napoleão, não foi, como o acredita beatamente a Crítica na opinião de um certo senhor Von Rotteck e Welker, o movimento revolucionário em geral; foi a *burguesia liberal*. Para nos convenceremos, basta ler os discursos dos legisladores da época. Acreditar-nos-íamos transplantados da Convenção nacional para

uma Câmara de deputados de hoje. *Napoleão* foi a última batalha do *Terror revolucionário* contra a *sociedade burguesa*, igualmente proclamada pela Revolução, e contra a sua política. É certo que Napoleão compreendia já a essência do *Estado moderno*; tomava consciência de que se baseava no desenvolvimento sem entraves da sociedade burguesa, no livre jogo dos interesses particulares, etc. Resolveu-se a reconhecer esta base e a defendê-la. Não tinha nada de um místico do Terror. Mas, ao mesmo tempo, Napoleão considerava ainda o Estado o *seu próprio fim*, e a sociedade burguesa unicamente como um tesoureiro, como um *subordinado* ao qual toda a *vontade própria* era interdita. *Levou a cabo o Terror substituindo a revolução permanente pela guerra permanente*. Satisfez, até a saturação, o egoísmo do nacionalismo francês, mas exigiu, por outro lado, que a burguesia sacrificasse os seus negócios, os seus prazeres, a sua riqueza, etc., sempre que assim o exigiam os seus fins políticos, as conquistas que queria realizar. Se oprimia despoticamente o liberalismo da sociedade burguesa – nas suas formas práticas cotidianas – tão pouco cuidava dos interesses materiais essenciais desta sociedade, o comércio e a indústria, cada vez que entravam em conflito com os seus interesses políticos. O desprezo que votava aos *hommes d'affaires* industriais vinha completar o desprezo que sentia pelos ideólogos” (MARX e ENGELS, [19--], p. 185-186, grifo do autor).

Daí o boicote da burguesia ao expansionismo napoleônico em sua fase final, acarretando a sua queda e a restauração absolutista. Para Marx este processo expressa o abandono da perspectiva universal pela burguesia, complementado historicamente pela autoconscientização de que a Monarquia de Julho (1830) era a “formação política acabada” para a realização exclusiva dos seus interesses particulares, como se verá abaixo. Premida entre a revolução permanente, o estatismo e a república democrática de um lado e a restauração absolutista de outro, a burguesia optou pela monarquia constitucional e pelo voto censitário, revelando sua perspectiva política particularista e reencontrando-se com seus interesses revolucionários originais. Segundo Marx, em 1830 a burguesia liberal francesa realiza seus desejos de 1789, porém sem as ilusões democrático-universais e emancipatórias de antes, porém, agora plenamente consciente do conteúdo social (burguês) de sua dominação política. Na avaliação de Marx:

[...] Na pessoa de Napoleão, a burguesia liberal encontrava mais uma vez erigido contra ela o Terror revolucionário: sob a ação dos Bourbons, da Restauração, encontrou mais uma vez pela frente a contra revolução. Foi em 1830 que acabou por realizar os seus desejos de 1789,

com uma diferença no entanto: com a *sua formação política acabada*, a burguesia liberal já não acreditava poder atingir o Estado ideal através do Estado representativo constitucional, já não aspirava à salvação do mundo nem a fins humanos universais; pelo contrário tinha reconhecido nesse regime a expressão *oficial* do seu poder *exclusivo* e a consagração *política* dos seus interesses particulares. A história da Revolução Francesa, começada em 1789, ainda não terminou neste ano de 1830, onde a vitória foi alcançada por um dos seus fatores, agora enriquecido pela consciência de sua significação *social*. (MARX; ENGELS, [19--], p. 186-187, grifo do autor).

Nestas passagens Marx localiza a relação contraditória entre estatismo e privatismo ou entre a burocracia e a burguesia, que caracteriza particularmente o Estado burguês em relação aos outros tipos de Estado e que ele teorizaria posteriormente com o conceito de bonapartismo. Mais do que isto, aqui emerge uma indicação metodológica de suma importância e que Marx manterá ao desenvolver o conceito de revolução permanente, qual seja a possibilidade da ação política interferir na dinâmica econômico-social alterando sua configuração, ou seja, da política *criar*, em certa medida, as condições favoráveis à aceleração da revolução alterando sua própria base material original, o que desautoriza as interpretações de que para Marx a política é um mero reflexo da economia e de que o processo revolucionário é rigorosamente determinado por ela.

No jogo dialético entre necessidade e liberdade, aqui Marx compreende que a liberdade pode levar a melhor. Além disso, esta perspectiva metodológica possui consequências políticas decisivas, pois corrobora a importância do controle do poder político tanto para a estratégia da revolução permanente, quanto para sua interrupção. Finalmente, se a revolução permanente começa como uma revolução política cuja premissa é a própria existência e desenvolvimento da sociedade civil burguesa, sua continuidade implica a ultrapassagem desta própria premissa.

Em outras palavras, se a revolução permanente começa como uma revolução burguesa para se concretizar ela deve basear-se na própria contradição entre a “vida política” e a “vida privada” a ela inerente e ir além do horizonte burguês, ir além da própria sociedade civil burguesa para se consumir enquanto tal, concatenando *emancipação política e emancipação social* num

continuum cuja duração pode se estender por um longo período, mas cuja essência consiste justamente em viabilizar esta ultrapassagem. Esta característica presente na elaboração inicial do conceito de revolução permanente será mantida em seus desenvolvimentos posteriores, enriquecida pelas novas determinações incorporadas à luz da experiência revolucionária de 1848.

3 O CONCEITO NO CONTEXTO DA REVOLUÇÃO ALEMÃ

Na conjuntura marcada pelas revoluções de 1848-49 e no âmbito de sua militância na Liga dos Comunistas, à qual se filiam em 1847, Marx e Engels passam a adotar o conceito de revolução permanente num sentido político-prático como núcleo de sua estratégia revolucionária para a Alemanha, enquanto formação social atrasada que ainda não realizou a revolução burguesa e nem aboliu as estruturas feudal-absolutistas, mas carregava as potencialidades históricas para concatená-la a uma revolução social. É fato que utilizaram este conceito para caracterizar, mesmo que implicitamente, outras experiências revolucionárias, como a revolução húngara e, mais tarde, a revolução espanhola, mas foi a partir da experiência alemã que suas formulações sobre a revolução permanente atingiram o maior desenvolvimento.

Nesta nova perspectiva o conceito vai ganhando novas determinações na medida em que o processo revolucionário se desenvolve e o eixo da luta de classes passa a ser regido pelo antagonismo entre burguesia e proletariado e a burguesia abandona o campo revolucionário em favor da acomodação com as forças feudal-absolutistas. Sua adoção na análise da situação alemã se justifica porque na Alemanha o processo histórico sequer tinha viabilizado a formação de um Estado nacional, quanto mais de um Estado burguês.

No entanto, na década de 1840 a Alemanha não vivia a mesma situação que a França na década de 1780, pois desde a Revolução Francesa esta recebia os influxos modernizadores oriundos dos países mais desenvolvidos, como França e Inglaterra, e mesmo aqueles produzidos internamente. Ou seja, na década de 1840 a Alemanha já sofria o impacto das inovações institucionais sintetizadas no Código Napoleônico, da nova economia capitaneada pela indústria capitalista e pela ferrovia, e do próprio Iluminismo, para quem a filosofia clássica alemã deu grandes contribuições.

Desse modo, em 1840, a formação social alemã já apresentava a existência de uma burguesia industrial interessada na unificação política e na criação de um mercado nacional, uma classe operária em processo de formação e crescimento e movimentos ideológicos sincronizados com a luta de classes hodierna, como o liberalismo, o neo-hegelianismo e as diferentes correntes socialistas. Portanto, na Alemanha a revolução permanente não teria o mesmo sentido, ritmo e abrangência do que na França de 1789, pois diferentemente do caso francês, poderia ultrapassar os limites impostos à consecução da revolução permanente pela sociedade civil burguesa e combinar a emancipação política com a emancipação social.

Já na *Introdução à Crítica da filosofia do direito de Hegel* (MARX, 2005, p. 145-156), escrita em fins de 1843 e publicada em 1844, após constatar a impotência burguesa em erigir-se como representante geral da sociedade alemã e assim dirigir a revolução, Marx aborda a necessidade de um processo revolucionário na Alemanha que a atualize não só em relação aos países que já haviam passado por uma revolução política burguesa, mas em relação à nova perspectiva histórica anunciada pela emergência do proletariado à cena política nos países desenvolvidos.

Nestes termos na Alemanha a revolução não ocorrerá como uma repetição das revoluções burguesas clássicas - apesar de depender do *cantar do galo gaulês*, ou seja, da eclosão da revolução na França, com a burguesia conduzindo o processo mesmo que com pressão e direção momentânea das classes subalternas, mas como um processo revolucionário destinado a ultrapassar o horizonte burguês e a mera emancipação política e assim realizar a emancipação social porque terá no proletariado seu ator fundamental. Segundo ele:

A emancipação dos alemães só é possível *na prática* se for adotado o ponto de vista *da* teoria, segundo a qual o homem é para o homem o ser supremo. A Alemanha não conseguirá emancipar-se da *Idade Média* a não ser que se emancipe ao mesmo tempo das vitórias *parciais* sobre a Idade Média. Na Alemanha, *nenhum* tipo de servidão será abolido, se *toda* a servidão não for destruída. A Alemanha, que é *profunda*, não pode fazer uma revolução sem revolucionar a partir do *fundamento*. *A emancipação do alemão é a emancipação do homem*. A *filosofia é a cabeça* desta emancipação e o *proletariado é o seu coração*. A filosofia não pode realizar-se sem a suprasunção do proletariado, o proletariado não pode supra-sumir-se sem a realização da filosofia. Quando forem cumpri-

das todas as condições internas, o *dia da ressurreição da Alemanha* será anunciado com o *cantar do galo gaulês*. (MARX, 2005, p. 156).

Aqui, as novas determinações do conceito de revolução permanente já aparecem em germe.

Em *Princípios básicos do comunismo* (ENGELS, 1982, p. 76-94), texto elaborado em 1847 na forma de questionário e no qual se baseou Marx para redigir o *Manifesto do Partido Comunista*, Engels dá conotações político-práticas gerais a esta elaboração, incorporando alguns elementos centrais da estratégia da revolução permanente adotada pela Liga dos Comunistas no período. Entre eles destacam-se a perspectiva de abolição da propriedade privada e a vinculação direta entre o estabelecimento da república democrática e o domínio político do proletariado. Discutindo a possibilidade de abolição imediata da propriedade privada, Engels a condiciona à criação de recursos econômicos suficientes para gerar a abundância e impedir uma regressão econômica ao nível da subsistência e do retorno à pequena propriedade, o que não implica que este processo de crescimento econômico deva se dar com o domínio da burguesia. Segundo ele:

Enquanto não puder ser produzido tanto que seja não só suficiente para todos, mas que também fique um excedente de produtos para aumento do capital social e para a formação de mais forças produtivas, terá sempre de haver uma classe dominante, dispondo das forças produtivas da sociedade, e uma classe dominada e oprimida. (...) a revolução do proletariado, que com toda a naturalidade se vai aproximando, só a pouco e pouco poderá, portanto, transformar a sociedade atual, e somente poderá abolir a propriedade privada quando estiver criada a massa de meios de produção necessária para isso. (ENGELS, 1982, p. 85-86).

Quanto ao curso que tomará a revolução uma vez iniciada, Engels (1982, p. 86-87) responde:

Ela estabelecerá, antes do mais, uma Constituição democrática do Estado, e com ela, direta ou indiretamente, o domínio político do proletariado. Diretamente, em Inglaterra, onde os proletários constituem já a maioria do povo. Indiretamente, em França e na Alemanha, onde a maioria do povo não consiste apenas em proletários, mas também em pequenos camponeses e pequenos burgueses, os quais começam a estar envolvidos no processo de passagem ao proletariado, se tornam cada

vez mais dependentes deste em todos os seus interesses políticos e, portanto, tem de se acomodar em breve às reivindicações do proletariado. Isto custaria, talvez, uma segunda luta, a qual, porém, só pode terminar com a vitória do proletariado. A democracia seria totalmente inútil para o proletariado se ela não fosse utilizada imediatamente como meio para a obtenção de outras medidas que ataquem diretamente a propriedade privada e assegurem a existência do proletariado.

Aqui a tarefa de criação de uma república democrática é válida tanto na Alemanha, quanto na Inglaterra e na França, pois, de fato, o sufrágio universal não estava estabelecido em lugar nenhum, apesar de que nos dois últimos países o feudalismo já ter sido abolido. No entanto, o fato de que na França e na Alemanha, principalmente na última, o proletariado ainda não se constitua como classe popular majoritária, determina que este busque aliar-se às outras classes populares em processo de proletarização, como a pequena burguesia e o pequeno campesinato, e dirigi-los politicamente; o que significa que a revolução não assume imediatamente um caráter socialista, como na Inglaterra.

No *Manifesto do Partido Comunista* (MARX; ENGELS, 1982a, p. 95-136), redigido logo depois, Marx especifica o caráter da revolução alemã em relação ao quadro geral:

Na Alemanha o Partido Comunista luta, assim que a burguesia entra revolucionariamente em cena, em conjunto com a burguesia, contra a monarquia absoluta, a propriedade feudal da terra e a pequena burguesia. Mas nem por um só instante deixa de firmar nos operários uma consciência o mais clara possível sobre o antagonismo hostil entre burguesia e proletariado, para que os operários alemães possam virar imediatamente as condições sociais e políticas que a burguesia tem necessariamente de originar com seu domínio como outras tantas armas contra a burguesia, para que, depois da queda das classes reacionárias na Alemanha, comece imediatamente a luta contra a própria burguesia. Para a Alemanha dirigem os comunistas a sua atenção principal, porque a Alemanha está em vésperas de uma revolução burguesa e porque leva a cabo esta revolução em condições de maior progresso da civilização europeia em geral e com um proletariado muito mais desenvolvido do que na Inglaterra no século XVII e a França no século XVIII, por que a revolução alemã só pode ser, portanto, o prelúdio imediato de uma revolução proletária. Numa palavra, por toda a parte os comunistas apoiam todos os movimentos revolucionários contra

as condições sociais e políticas existentes. Em todos estes movimentos põem em relevo a questão da propriedade, seja qual for a forma mais ou menos desenvolvida que ela possa ter assumido, como a questão fundamental do movimento. (MARX; ENGELS, 1982a p. 135-136).

Ora, as problemáticas da abolição da propriedade privada e do domínio político do proletariado constituem-se como as principais determinações incorporadas ao conceito de revolução permanente nesta conjuntura, aparecendo completamente imbricadas entre si. Se o proletariado deve apoiar a burguesia assim que ela se coloque revolucionariamente em movimento, isto não significa acomodação diante do domínio burguês e nem estabilização da ordem social capitalista, pois além do proletariado iniciar imediatamente a virar as armas da burguesia contra ela mesma, o que significa conferir ao processo de emancipação política em curso um conteúdo cada vez mais *social*, a vitória sobre a propriedade feudal e as relações feudais deve favorecer formas alternativas de propriedade, como a estatal e a coletiva, tanto quanto ou mais do que a propriedade burguesa. Apesar da produção da abundância e do aumento da capacidade produtiva - ao ponto de permitir que o trabalho deixe de ser *mero meio de vida* e se transforme na *primeira necessidade vital*, como dirá Marx posteriormente na *Crítica do Programa de Gotha*, aparecer como a condição para a abolição da propriedade privada, após a revolução democrática ela deve sofrer um ataque permanente por meio de impostos progressivos, da concorrência da propriedade com controle social e do próprio controle político sobre sua movimentação. É a política revolucionária alterando a base material que é sua premissa.

Nas *Reivindicações do Partido Comunista na Alemanha*, elaboradas por Marx e Engels logo depois da eclosão da revolução em Viena e Berlim, em março de 1848, assinadas pelo comitê da Liga dos Comunistas, esta orientação se desdobra em medidas específicas. Nelas defende-se a substituição dos bancos privados por um banco estatal que regule o crédito “no interesse de todo o povo”; a transformação em propriedade do Estado de todas as terras e propriedades feudais, assim como minas, jazidas e todos os meios de transportes, estes, por sua vez, “postos gratuitamente à disposição da classe privada de meios”; a restrição do direito de herança; a criação

de “altos impostos progressivos” e o fim dos impostos sobre o consumo e a criação de “oficinas nacionais”, a garantia da existência de todos os trabalhadores e provisão dos inaptos para o trabalho pelo Estado (MARX; ENGELS, 1987, p. 84-85).

Portanto, é com a condição de submeter à propriedade burguesa, e a propriedade privada em geral, ao controle popular por meio do Estado é que Marx e Engels compreendem o estabelecimento temporário e instável do domínio político burguês e da sociedade capitalista em revolução permanente, apesar de determinadas afirmações que parecem indicar uma perspectiva etapista. Certamente a propriedade burguesa será favorecida pela abolição das relações feudais e pelo avanço das forças produtivas derivado deste processo, mas é desde o início fustigada pela pressão popular, particularmente pela pressão proletária.

É fato que algumas afirmações de Marx e Engels sugerem uma compreensão etapista do processo da revolução permanente, levando autores como Löwy (1978) e Texier (2005), por exemplo, a considerarem-na um componente significativo em sua elaboração, a ponto de legitimar, mesmo que involuntariamente, determinadas interpretações reformistas e etapistas desenvolvidas posteriormente, principalmente aquelas de inspiração stalinista. Para citamos um entre diversos outros textos, Marx afirma de modo peremptório num dos artigos que publicou na Nova Gazeta Renana:

Certamente somos os últimos a querer a dominação da burguesia. Fomos os primeiros na Alemanha a levantar nossa voz contra ela, enquanto os atuais ‘homens de ação’ perdiam presunçosamente seu tempo em que-relas mesquinhas. Mas dizemos em alto e bom som aos trabalhadores e pequenos burgueses: é melhor sofrer na moderna sociedade burguesa que, com sua indústria, cria os meios materiais para a fundação de uma nova sociedade que vos libertará a todos, do que regredir a uma forma social passada que, sob o pretexto de salvar vossa classe, arremessa toda a nação de volta à barbárie medieval” (MARX, 2010, p. 395).

No entanto, consideramos que tal interpretação é improcedente à luz do conjunto das formulações e da prática política de Marx e Engels na conjuntura das revoluções de 1848 - particularmente quando se considera a *Mensagem* de 1850, texto em que a estratégia da revolução permanente ganha contornos definitivos, pois se baseia em fórmulas simplistas que não

expressam o conteúdo do conceito e nem a totalidade de seu significado. Como afirmamos anteriormente, a revolução democrática e o desenvolvimento das forças produtivas, que poderiam ser identificados com o apoio à dominação burguesa, só são considerados positivamente em função da transformação do proletariado em classe dirigente e dominante, não como condições historicamente necessárias por si mesmas. Como veremos, a revolução democrática não precisa se limitar à democracia burguesa, podendo ser radicalizada em favor da dualidade de poderes e a da autonomia militar proletária, e nem o avanço das forças produtivas precisa se dar necessariamente com base na propriedade privada burguesa.

De tal modo que na estratégia da revolução permanente o proletariado só deve apoiar a burguesia na condição de preservar a sua autonomia política e organizacional e de recusar todo e qualquer tipo de acomodação com a nova ordem, adotando um comportamento resolutamente revolucionário e buscando sua instabilização permanente. Comentando a postura dos comunistas na Alemanha dirá Engels em *Princípios básicos do comunismo*:

Na Alemanha, só agora está iminente a luta decisiva entre a burguesia e a monarquia absoluta. Como, porém, os comunistas não podem contar com uma luta decisiva entre eles próprios e a burguesia antes de que a burguesia domine, o interesse dos comunistas é ajudar a levar os burgueses ao poder tão depressa quanto o possível, para, por sua vez, os derrubar o mais depressa possível. Os comunistas têm, portanto, de continuamente tomar partido pelos burgueses liberais face aos governos e apenas de se precaver de partilhar as auto-ilusões dos burgueses ou de dar crédito às suas afirmações sedutoras sobre as conseqüências benéficas da vitória da burguesia para o proletariado. As únicas vantagens que a vitória da burguesia trará aos comunistas consistirão: 1. Em diversas concessões que facilitarão aos comunistas a defesa, discussão e propagação dos seus princípios e, com isso, a união do proletariado numa classe estreitamente coesa, preparada para a luta e organizada; 2. Na certeza de que no dia em que os governos absolutos caírem, chegará a hora da luta entre os burgueses e os proletários. Desse dia em diante, a política partidária dos comunistas será a mesma que naqueles países em que agora domina já a burguesia. (ENGELS, 1982, p. 94).

Nas próprias *Reivindicações*, onde a particularidade da revolução permanente alemã aparece em sua inteireza, as tarefas da revolução demo-

crática envolvem não só o estabelecimento da igualdade jurídica e política, mas a democratização efetiva do Estado burguês com o estabelecimento da república alemã una e indivisível, do sufrágio universal, da remuneração dos representantes políticos com vistas a favorecer o acesso popular ao parlamento; da separação entre Estado e igreja; da educação geral e gratuita; da gratuidade da justiça; da abolição dos privilégios da burocracia; mas também do armamento geral do povo (MARX; ENGELS, 1987, p. 83-85).

Não se chegou ainda à fórmula do “Estado-comuna”, elaborada por Marx em *A Guerra Civil na França*, de 1871, a partir da experiência da Comuna de Paris e tida por ele como “a forma política finalmente encontrada para a emancipação do trabalho” porque as funções administrativas e militares foram assumidas diretamente pelos trabalhadores, mas nesta perspectiva, o Estado burguês sofre constrangimentos democráticos e populares que favorecem a dualidade de poderes e sua própria subversão. Na *Mensagem da direção central à Liga dos Comunistas*, de março de 1850, esta formulação aparecerá de forma ainda mais nítida, apesar das condições para a revolução permanente terem se alterado.

De fato, o desenrolar da revolução alemã desmentiu algumas das expectativas alimentadas por Marx e Engels anteriormente. As vacilações da burguesia alemã em assumir uma postura francamente revolucionária contra a nobreza, os governos absolutistas e as estruturas feudais deram lugar a uma posição francamente conciliadora e contrarrevolucionária após a derrota da revolução operária na França, em junho de 1848. A “revolução *en miniature*” iniciada em março, conforme definição de Marx e Engels, que levou a burguesia temporariamente ao poder, foi muito mais motivada pela ação revolucionária da pequena burguesia e do proletariado do que pela ação de sua principal beneficiária. Conforme avaliação desenvolvida por Engels em *Revolução e contrarrevolução na Alemanha*, de 1851-52, a revolução de 1848 interrompeu temporariamente um longo processo de acomodação política por parte da burguesia alemã em relação aos poderes constituídos, principalmente a burguesia prussiana, em troca de conquistas econômicas e políticas parciais. Por isto, ao colocar as classes populares na cena política, principalmente o proletariado, a revolução de março colocou em risco esta estratégia. Não surpreende que uma vez no governo os burgueses liberais procurassem a todo custo interromper a revolução

e a mobilização popular, barrando medidas revolucionárias importantes, como a abolição prática dos privilégios feudais pelos camponeses e apelando para a repressão por diversas vezes.

Após o massacre da insurreição de Viena, em outubro, inicia-se uma ofensiva contrarrevolucionária que garante o retorno das forças feudal-absolutistas ao poder, fazendo a burguesia recuar e colocando-a numa situação ainda mais conciliadora em nome da preservação da propriedade e da ordem social. No famoso conjunto de artigos publicados em dezembro de 1848 por Marx na Nova Gazeta Renana sob o título “A burguesia e a contrarrevolução” (MARX, 2010, p. 318-342) o recuo burguês é denunciado vigorosamente como uma traição à revolução. Seguem-se a esta virada contrarrevolucionária a queda dos governos liberais, a restauração do absolutismo na Áustria, a outorga de uma constituição absolutista na Prússia, a repressão aos movimentos de independência nacional na Boêmia, na Itália e nos Bálcãs, enquanto a Assembleia Nacional Alemã tenta inutilmente fazer valer a Constituição imperial por ela elaborada e que propunha a unificação política por meio de uma Monarquia Imperial sob a coroa do rei da Prússia. Proposta por ele recusada, diga-se de passagem.

Nesta nova conjuntura a pequena burguesia assumirá a direção política da revolução com o apoio do proletariado e dos setores burgueses mais avançados, tentando “salvar” o processo revolucionário através da defesa da Assembleia Nacional e da constituição imperial. No entanto, tal programa estava muito aquém das perspectivas revolucionárias originais, pois a manutenção da monarquia supunha a preservação, mesmo que parcial, da força política dos príncipes e da nobreza em geral. Apesar disto, nova onda de insurreições ocorre a partir de abril de 1849, tendo o proletariado como principal força insurrecional, porém a repressão sai vitoriosa em todos os lugares, evidenciando a correlação de forças favorável aos governos absolutistas. A derrota da revolução húngara pelas tropas do czar, restaurando o poder dos Habsburgos no país, em agosto de 1849, encerra o processo revolucionário na Alemanha e na Europa Centro-oriental.

4 A MENSAGEM DE 1850 E A ESTRATÉGIA PARA RADICALIZAR A REVOLUÇÃO EM PERMANÊNCIA

Apesar da dispersão das forças revolucionárias e da repressão que se abate sobre os setores revolucionários mais consequentes, como a Liga dos Comunistas, por algum tempo Marx e Engels mantiveram esperanças numa retomada da luta revolucionária na Alemanha sob a liderança da pequena burguesia. É neste contexto que redigem a *Mensagem da direção central à Liga dos Comunistas*, em março de 1850, onde a estratégia da revolução permanente é atualizada à luz da nova situação e das novas perspectivas e a elaboração conceitual em torno dela ganha contornos definitivos. Dois anos depois da eclosão da revolução em Viena e em Berlim, os principais elementos da nova situação consistem no abandono definitivo do campo da revolução pela burguesia e na capacidade de resistência demonstrada pelas estruturas feudal-absolutistas durante a revolução.

A posição adotada pela burguesia consumou sua postura vacilante e conciliadora diante das estruturas feudal-absolutistas, postura que em certa medida já era prevista e que vinha sendo denunciada por Marx e Engels desde antes, mas que atingiu uma intensidade surpreendente. Diante disto, as novas perspectivas revolucionárias giravam em torno da possibilidade do proletariado viabilizar sua estratégia permanentista na nova revolução que se imaginava prestes a eclodir sob a liderança da pequena burguesia, o que implicava na radicalização do processo, barrando as tentativas de interrupção que iriam se impor, justamente por conta deste novo elemento. Assim,

Ao passo que os pequeno-burgueses democratas querem por fim à revolução o mais depressa possível, realizando, quando muito as exigências atrás referidas, o nosso interesse e a nossa tarefa são tornar permanente a revolução até que todas as classes mais ou menos possidentes estejam afastadas da dominação, até que o poder de Estado tenha sido conquistado pelo proletariado, que a associação dos proletários, não só num país, mas em todos os países dominantes do mundo inteiro, tenha avançado a tal ponto que tenha cessado a concorrência dos proletários nesses países e que, pelo menos, estejam concentradas nas mãos dos proletários as forças produtivas decisivas. Para nós, não pode tratar-se da transformação da propriedade privada, mas apenas do seu aniquilamento, não pode tratar-se de encobrir oposições de classe mas

de suprimir as classes, nem de aperfeiçoar a sociedade existente, mas de fundar uma nova. (MARX; ENGELS, 1982b, p. 182).

A partir desta constatação geral o documento vai desdobrando as diretrizes que devem orientar a ação dos militantes da Liga dos Comunistas e as tarefas a cumprir pelo proletariado. Em primeiro lugar, mesmo considerando o proletariado a única classe decididamente revolucionária, Marx e Engels constataam que naquele momento o partido democrático da pequena burguesia estava mais organizado, enquanto os membros da Liga se dispersaram, acreditando “que passara o tempo das sociedades secretas e que bastava a ação pública.” (MARX; ENGELS, 1982b, p. 178).

Diante da nova revolução que deveria eclodir motivada seja por um novo levantamento do proletariado francês, seja por uma invasão da “Santa Aliança” (leia-se a Inglaterra e as potências absolutistas, incluindo-se a Áustria e Prússia) sobre Paris o proletariado alemão deveria estar preparado para intervir politicamente, pois apesar da pequena-burguesia exercer agora a mesma posição de liderança que a burguesia liberal tinha exercido sobre o campo revolucionário antes de 1848, na atual situação esta se tornaria ainda mais traiçoeira e perigosa que aquela, usando o proletariado contra seus adversários, para depois virar-lhe as costas. Por isto, o proletariado deveria apoiar a ascensão da pequena burguesia ao poder contra a burguesia e as forças feudal-absolutistas e ao mesmo tempo fustigá-la com vistas à sua derrubada e à ascensão do próprio proletariado ao poder, ou seja, este “está com ela contra a fração cuja queda ele tem em vista; opõe-se-lhe em tudo que ela pretende para consolidar a si mesma.” (MARX; ENGELS, 1982b, p. 181).

Em segundo lugar, de acordo com a *Mensagem* o programa da pequena burguesia democrática (“as exigências atrás referidas”, segundo a citação acima) consistia em fortalecer a pequena propriedade tanto em relação à propriedade feudal, quanto em relação à grande propriedade burguesa, distribuindo as terras dos nobres aos camponeses, protegendo-se da sanha usurária do grande capital por meio do crédito estatal e substituindo a burocracia no controle da propriedade comunal. Na prática este programa não aboliria a “sociedade existente”, pois o fortalecimento de estruturas arcaicas, como o artesanato, o pequeno comércio e a pequena

propriedade rural não impediriam o avanço do capital e sua subordinação futura à burguesia, como já havia ocorrido com os camponeses franceses. Além disso, o programa pequeno-burguês pretendia manter os proletários na posição social de sempre, como vendedores de sua força de trabalho, apenas melhorando seus salários e suas condições de vida através de medidas de beneficência. Diante disto o proletariado deveria lutar vivamente pelo controle estatal e/ou coletivo da produção, fortalecendo a propriedade social em detrimento da propriedade privada, mesmo que pequena. De acordo com o documento:

O primeiro ponto em que os democratas burgueses entrarão em conflito com os operários será o da supressão do feudalismo; tal como na primeira Revolução Francesa, os pequeno-burgueses entregarão aos camponeses as terras feudais como propriedade livre, quer dizer, pretendem deixar subsistir o proletariado rural e criar uma classe camponesa pequeno-burguesa, que atravessará o mesmo ciclo do empobrecimento e endividamento em que está agora o camponês francês. No interesse do proletariado rural e no seu próprio interesse, os operários têm de opor-se a este plano. Tem de exigir que a propriedade feudal confiscada fique propriedade do Estado e seja transformada em colônias operárias, que o proletariado rural associado explore com todas as vantagens da grande exploração agrícola; deste modo, o princípio da propriedade comum obtêm logo uma base sólida, no meio das vacilantes relações de propriedade burguesas. Tal como os democratas com os camponeses, tem os operários de unir-se com o proletariado rural” (MARX; ENGELS, 1982b p. 185-186).

Por isto,

Os operários não podem, naturalmente, propor quaisquer medidas diretamente comunistas no começo do movimento. Mas podem: 1- Obrigar os democratas a intervir em tantos lados quanto possível da organização social até hoje existente, a perturbar o curso regular desta, a comprometerem-se a concentrar nas mãos do Estado o mais possível de forças produtivas, de meios de transporte, de fábricas, de caminhos de ferro, etc. 2- Têm de levar ao extremo as propostas democratas, os quais não se comportarão em todo caso como revolucionários mas como simples reformistas, e transformá-las em ataques diretos contra a propriedade privada. (MARX; ENGELS, 1982b, p. 187).

Outro problema agudo para o proletariado era sua proximidade com a pequena burguesia no campo revolucionário-popular, o que ameaçava sua autonomia política e ideológica e dificultava a conquista do apoio do campesinato e do proletariado rural, impedindo assim sua elevação à condição de classe dirigente e dominante. Para evitar a subordinação política e ideológica do proletariado à pequena burguesia durante a revolução democrática, atrair o apoio das outras classes populares e fustigar o domínio pequeno-burguês a *Mensagem* propõe nada menos que a dualidade de poderes e a organização militar. Manifesta tanto na criação de comitês e conselhos que administrem o processo social, quanto na criação de milícias operárias permanentes. De acordo com o documento, o proletariado,

Ao lado dos novos governos oficiais tem de constituir imediatamente governos operários revolucionários próprios, quer sob a forma de direções comunais, de conselhos comunais, quer através de clubes operários ou de comitês operários, de tal maneira que os governos democráticos burgueses não só percam imediatamente o suporte nos operários, mas se vejam desde logo vigiados e ameaçados por autoridades atrás das quais está toda a massa dos operários. [...] Mas para poderem opor-se enérgica e ameaçadoramente a este partido, cuja traição aos operários começará desde a primeira hora da vitória, tem os operários de estar armados e organizados. Tem de ser conseguido de imediato o armamento de todo o proletariado com espingardas, carabinas, canhões e munições, tem de ser contrariada a reanimação da velha milícia burguesa dirigida contra os operários. Onde não se consiga este último ponto, os operários tem de procurar organizar-se autonomamente como guarda proletária, com chefes eleitos e um estado-maior próprio, eleito, e pôr-se às ordens, não do poder do Estado, mas dos conselhos comunais revolucionários formados pelos operários. [...] sob nenhum pretexto podem as armas e munições sair-lhes das mãos, qualquer tentativa de desarmamento tem de ser frustrada, se necessário, pela força. (MARX; ENGELS, 1982b, p. 184).

Além destas medidas, deve o proletariado buscar sua participação autônoma no processo eleitoral, com o lançamento de candidatos operários que concorram diretamente com os candidatos democratas pequeno-burgueses. Isto porque,

mesmo onde não existe esperança de sucesso, devem os operários apresentar seus próprios candidatos, para manterem a sua democracia, para manterem a sua autonomia, contarem as suas forças, trazerem à

público a sua posição revolucionária e os pontos de vista do partido. [...] Os progressos que o partido proletário tem de fazer, surgindo assim como força independente, são infinitamente mais importantes do que o prejuízo que poderia trazer a presença de alguns reacionários na Representação. Surja a democracia, desde o princípio, decidida e terrorista contra a reação, e a influência desta nas eleições será antecipadamente aniquilada. (MARX; ENGELS, 1982b, p. 185).

Finalmente, nas circunstâncias de então, a *Mensagem* propõe a criação de uma organização centralizada, ao mesmo tempo pública e clandestina, daí o chamamento à rearticulação da Liga dos Comunistas como organização legal e secreta, ao mesmo tempo.

Para poder fazer frente, com força, aos pequeno-burgueses democratas, é necessário, antes de tudo, que os operários estejam autonomamente organizados e centralizados em clubes. Após a queda dos governos existentes, a Direção Central, dirigir-se-a logo que possível para a Alemanha, convocará imediatamente um congresso e nele fará as propostas necessárias para a centralização dos clubes operários sob uma direção estabelecida no centro principal do movimento. A rápida organização, pelo menos de uma união provincial de clubes operários, é um dos pontos mais importantes para o fortalecimento e desenvolvimento do partido operário. (MARX; ENGELS, 1982b, p. 185).

Concluindo sua conclamação, o documento sintetiza a estratégia da revolução permanente nos seguintes termos:

Se os operários alemães não podem chegar à dominação e realização de seus interesses de classe sem passar por todo um desenvolvimento revolucionário prolongado, pelo menos desta vez eles têm a certeza de que o primeiro ato deste drama revolucionário iminente coincide com a vitória direta da sua própria classe em França e é consideravelmente acelerado por aquela. Mas tem de ser eles próprios a fazer o máximo pela sua vitória final, esclarecendo-se sobre os seus interesses de classes, tomando quanto antes a sua posição de partido autônoma, não se deixando um só instante induzir em erro pelas frases hipócritas dos pequeno-burgueses democratas quanto à organização independente do partido do proletariado. O seu grito de batalha tem de ser: a revolução em permanência. (MARX; ENGELS, 1982b, p. 188).

5 NOTAS FINAIS

Como se sabe, a revolução esperada por Marx e Engels não ocorreu, pelo menos naquela conjuntura, nem na França, nem na Alemanha. Após 1848 inicia-se um processo de crescimento econômico e de avanço das relações capitalistas que consolida o poder burguês, mesmo que de modo indireto, através do bonapartismo. Na França, sob o governo de Napoleão III, a máquina estatal burguesa é aperfeiçoada e os interesses capitalistas franceses se expandem ainda mais; na Alemanha o governo de Bismarck viabiliza uma revolução burguesa “pelo alto”, conforme conceituação posterior de Engels, unificando os interesses da burguesia alemã e dos *junkers* e garantindo o acelerado desenvolvimento industrial do país. Se na França a revolução proletária esperaria duas décadas para eclodir (Comuna de Paris de 1871), na Alemanha esperaria três vezes mais (Revolução Alemã de 1918-23). A própria Liga dos Comunistas se dividiu e dissolveu logo depois, em 1852, indicando que a conjuntura havia mudado.

Na verdade, a experiência revolucionária de 1848 mostrou que a burguesia já não era uma classe revolucionária, mas tampouco a classe operária mostrou-se capaz de conduzir a revolução, quanto mais de forma vitoriosa. Esta situação histórica levou diversos analistas a considerarem voluntarista ou mesmo utópica a estratégia da revolução permanente desenvolvida por Marx e Engels naquela conjuntura. Particularmente a *Mensagem* de 1850 recebe esta caracterização, justamente por conta de seu radicalismo e das esperanças numa revolução iminente que acabou não ocorrendo. Porém, para além do pretensão irrealismo da avaliação e da propositura de Marx e Engels diante das condições históricas concretas, consideradas *post festum*, o que se deve reter é o sentido de tal radicalização não só naquela conjuntura, mas na estratégia revolucionária elaborada por ambos.

Na contramão de uma perspectiva etapista e reformista as novas orientações emitidas pela *Mensagem* expressam uma radicalização da estratégia da revolução permanente e não a “estabilização” da revolução. De um ponto de vista pretensamente “realista”, tudo sugeriria o apoio do proletariado a uma espécie de capitalismo “beneficente”, baseado na pequena propriedade e relativamente imune às mazelas da grande indústria, onde os operários poderiam usufruir de melhores condições de trabalho e remuneração e submeter-se a relações de exploração menos intensas e opres-

sivas até que as forças produtivas pudessem se desenvolver e emergissem as condições para a abolição da propriedade privada e o estabelecimento da propriedade social. No entanto, não é esta a indicação geral de Marx e Engels nos textos do período e menos ainda na *Mensagem* de 1850! Muito ao contrário, diante do domínio político pequeno-burguês e da perspectiva de interrupção da revolução o proletariado deve radicalizar sua ofensiva revolucionária e acelerar ainda mais a revolução permanente.

Em nossa avaliação, a radicalização da revolução permanente diante do domínio revolucionário da pequena-burguesia visava justamente impedir a sua interrupção nos marcos de uma mera *revolução política*, que garantisse a igualdade civil e política e mesmo determinados direitos sociais, mas não fosse além disso, abolindo a propriedade privada e garantindo a *revolução social*. Em outras palavras, o chamamento à ofensiva revolucionária do proletariado contido na *Mensagem* de 1850 tinha por objetivo implícito evitar uma espécie de “repetição da história” em relação ao paradigma da Revolução Francesa. Ou seja, impedir a estabilização do predomínio da pequena burguesia significava evitar a vitória de uma dominação política incapaz de superar aquela que é sua premissa, a “sociedade civil burguesa”, tornando-se fadada a sucumbir mesmo entrando em “contradições violentas” com ela, conforme os termos de Marx.

Mais ainda, a radicalização da revolução permanente proposta por Marx e Engels carrega uma lição política e metodológica extremamente atual e que deve ser considerada. Esta é a de que uma vez tenha o proletariado se colocado revolucionariamente em movimento – particularmente no âmbito de uma revolução internacional, como foi a onde revolucionária de 1848 - e mesmo que o processo não tenha sido iniciado por ele, não há razão para não tentar subverter a ordem completamente até conquistar a emancipação social, pois seu antagonismo com a propriedade e a dominação social é um dado objetivo de sua própria condição social.

Portanto, no âmbito da luta de classes moderna e de uma revolução que levanta o proletariado em diversos lugares ao mesmo tempo, não há razão para sustar a revolução em determinado estágio e esperar que as condições econômicas, políticas, sociais e ideológicas amadureçam suficientemente até que nova explosão ocorra e a revolução social seja possível. Esta espera só pode fortalecer o domínio burguês, ou pequeno-burguês, e

a capacidade da burguesia de sustar a revolução e controlar o conflito político. Ao contrário, uma vez o proletariado colocado revolucionariamente em movimento a sua luta política e social é capaz de fazer avançar as condições para sua ascensão à condição de classe dirigente e dominante e para a emancipação social, pois mesmo que estas condições não estejam suficientemente desenvolvidas elas passam a ser impulsionadas pela própria luta de classes concreta. , não de qualquer determinismo histórico.

Neste sentido, o conceito de revolução permanente é metodologicamente estranho ao determinismo e politicamente nada tem a ver com qualquer perspectiva etapista ou reformista, por que, apesar das reformulações que sofreu à luz do processo histórico e da práxis política de seus elaboradores, desde o início tinha por fundamento a concatenação entre *emancipação política* e *emancipação social*. Sendo assim, as estratégias políticas, do passado e do presente, que concebem a luta por direitos políticos e sociais dissociadas da luta revolucionária, por conta da ausência ou da imaturidade das condições históricas necessárias para transformar o proletariado em classe dominante e dirigente, podem até servir para garantir o capitalismo de bem estar social e estabilizar a democracia burguesa, mas não para derrubá-los.

REFERÊNCIAS

- ENGELS, F. Princípios básicos do comunismo. In: MARX, K.; ENGELS, F. *Obras escolhidas*. Tomo I. Lisboa; Moscou: Avante; Progresso, 1982. p. 76-94.
- LÖWY, M. Revolução burguesa e revolução permanente em Marx e Engels. *Discurso*. n. 9, p. 129-151, 1978. Disponível em: <<http://revistas.usp.br/discurso/article/view/37849/40576>>. Acesso em: 19 dez. 2013.
- MACIEL, D. Marx e a revolução alemã de 1848-1849. *Antítese: Marxismo e Cultura Socialista*, Goiânia: CEPEC, n. 5, p. 42-77, 2008.
- _____. Engels e o problema da revolução burguesa na Alemanha. *Antítese: Marxismo e Cultura Socialista*, Goiânia: CEPEC, n. 9, p. 94-128, nov. 2010.
- MARX, K. *A questão judaica*. Rio de Janeiro: Laemmert, 1969.
- _____. Crítica da filosofia do direito de Hegel: Introdução. In: _____. *Crítica da filosofia do direito de Hegel*. São Paulo: Boitempo, 2005. p. 145-156.
- _____. *Nova gazeta Renana*. São Paulo: Educ, 2010.

_____. Mensagem da direção central da liga dos comunistas. In: MARX, K.; ENGELS, F. *Obras Escolhidas*. Tomo I. Lisboa; Moscou: Avante; Progresso, 1982b. p. 178-188.

_____. Reivindicações do partido comunista na Alemanha. In: MARX, K. *A burguesia e a contra-revolução*. São Paulo: Ensaio, 1987. p. 81-86.

_____.; ENGELS, F. *A sagrada família*. Lisboa: Presença; São Paulo: Martins Fontes, [19--].

_____.; _____. O manifesto do partido comunista. In: _____.; _____. *Obras escolhidas*. Tomo I. Lisboa; Moscou: Avante; Progresso, 1982a. p. 95-136.

TEXIER, J. *Revolução e democracia em Marx e Engels*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2005.